

Ainda o caso do general Delgado

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Há de tudo; e houve um jornalista que teve a audácia, ou o descôco de dizer que aquilo que êle chama govêrno Português—já tem o direito de estar impaciente conosco por causa da teimosia do sr. Alvaro Lins. O fato é que o asilo dado ao general Delgado criou um impasse, e como nós sabemos não há pior inimigo da diplomácia do que a situação que só pode ser resolvida com um gesto desabrido, com uma loucura e com alguma dose de heroísmo. Na minha opinião, o sr. Alvaro Lins está convidando pelas circunstâncias a usar o melhor de si mesmo para enfrentar os piores fenômenos que se exprimem na mesma lingua em que chorou Camões. Todos nós, democratas, cidadãos amantes da normalidade e da decência, estamos em contato de simpatia com o Embaixador brasileiro em Lisboa, embora por mais de um motivo tenhamos divergido do jornalista e do acadêmico Alvaro Lins. Todos nós torcemos para que a fibra nordestina do embaixador não cêda um milímetro diante da teimosia do govêrno português, e seja capaz de levar seu brio de brasileiro até a perda do cargo e do prestígio junto ao govêrno do sr. Juscelino Kubitschek. Todos nós, em suma, estamos ansiosos por ver nosso embaixador sustentar, por seus atos, que mais vale a decência da palavra mantida do que o mais brilhante cargo do mundo. Todos nós, disse eu; mas agora tenho de fazer os tristes e vergonhosos descontos: todos menos alguns, ou pelo menos um brasileiro que também é embaixador e também se julga jornalista. Esse diz que o govêrno português devia ser atendido por nosso embaixador, ainda que com traição à palavra dada, e acrescenta, no seu peculiar estilo, que não entende a dificuldade do sr. Alvaro Lins. "Por que se recusa o embaixador do Brasil a dar crédito à palavra do govêrno de Portugal? Quais os antecedentes ferozes e irremediáveis que autorizam a brutalidade de nossa negativa em ungrir de confiança o compromisso que êle se propôs tomar de ou deixar solto e pacato, na rua, o general Delgado, ou consentir que voluntariamente se exile dando para esta alternativa o visto indispensável do seu passaporte? Por que haverá o Brasil de impor o respeito que sempre lhe mereceu a santidade da palavra dos governantes dos Estados cuja ação internacional se regula pelas normas de uma ética austera?"

Ninguém entende porque é que o govêrno português, se quer realmente deixar em paz o general Delgado, faz questão de conseguir êsse resultado a custa de um desprimor brasileiro. Se é verdade o que dizem as lusitanas autoridades, por que diacho necessitam de um recuo do sr. Alvaro Lins? Se não gostam dêle que digam, mas o que não se entende é a teimosia de quem quer ter razão a custa da baixaza do outro. Tômo a fazer o desconto: quando digo que ninguém entende estou esquecendo o brasileiro que é embaixador e jornalista e que entende maravilhosamente a necessidade de faltar a palavra e a naturalidade com que se comete um

baixeza. E entendendo tão bem admira-se que o colega do Itamaraty ponha em risco o cargo por tão pouco. Além disso convém assinalar na passagem citada, que foi tirada de uma transcrição de o *Jornal*, de 12 de março último, a estranha deferência, a quase adoração que o jornalista tem por um govêrno que ultraja os jornalistas. Para mim, democrata, amante da liberdade e da normalidade, os senhores que tomaram de assalto o govêrno de Portugal não são govêrno, não representam o povo português, e não merecem crédito. Um dos postulados fundamentais da democracia é a necessidade da imprensa livre, e um dos corolários a recusa de crédito dado ao govêrno que de seu próprio povo recusa a colaboração corretiva e fiscalizadora dada pela livre opinião. Govêrno totalitário não merece crédito. Seja fascista ou comunista a corrupção, seja de direita ou de esquerda e a desumanidade, temos nós o dever de negar crédito a quem recusa a forma mais efetiva de contrôle, que é aquela exercida pelo próprio povo. Não digo que o sr. Alvaro Lins alegue essas razões. Sua posição é delicada, e a meu ver falsa, porque êle começou por admitir, ou fingir admitir que seja govêrno a ditadura que abusa dos portugueses. Pelo meu gosto não tínhamos aqui embaixador deles nem enviamos nós o nosso até que se liberte o infeliz povo português. Neste ponto estou com o capitão Fernan Queiroga que, conforme diz Adolfo Casais Monteiro lembrando o Eça de todos nós, não teve o cuidado de lançar "o mantô diáfano da fantasia sobre a nudez" escrofulosa do regime que agonisa em Portugal. Adolfo Casais Monteiro refere-se ao livro "Portugal Oprimido" recentemente publicado no Rio de Janeiro pela editora Germinal. Recebí o livro do cap. Queiroga, ainda não pude lê-lo todo, mas estou de acôrdo com a necessidade de alguma violência, de alguma coisa brusca que precipite a agonia do regime que avergonha os povos de lingua portuguesa. Se o autor não leva a mal confessarei que talvez não leia seu livro todo por já estar mais do que convencido da malignidade dos regimes ditatoriais. A experiência do mundo, nos últimos anos, e mais o apriorismo a que se tem direito quando se vê ofendida a natureza do homem, bastam-se e dispensam-se de procurar maior cópia de injustiças e de perseguições mais ou menos ignóbels praticadas pelas policías de todas as ditaduras. A gente precisa graduar a indignação, principalmente quando a tendência natural já é talvez um pouco exagerada; mas a quem esteja a léguas da realidade ou julgue o regime sa-lazarista pela limpeza das ruas no centro de Lisboa ou pela moeda forte, a esses recomendo a leitura do livro que tem sido recomendado insistentemente por Adolfo Casais Monteiro nas colunas de *O Estado de São Paulo*.

Devo talvez uma explicação suplementar ao leitor. A opinião que externo a respeito do regime que infelicit moralmente o povo português não é ditada por um sentimento de "partidarismo", como diz o embaixador jornalista que se admira da teimosia do sr. Alvaro Lins. Não. Grave bem o leitor português que não se trata de "partidarismo" e sim de humanismo de filosofia e até de religião. Nunca escreverei com vivacidade atacando êste partido ou defendendo aquê outro dentro da política francesa ou americana. Seria levar longe demais a intromissão em casa alheia. Há entretanto problemas políticos, colocações políticas que transbordam os limites nacionais e interessam ao mundo inteiro. Assim como o assassinato ou o esturpo praticado numa casa rompe seu direito à inviolabilidade, assim também o desumanismo totalitário há de ser um dia universalmente reconhecido como criminoso e anti natural, e há de ser, nêsse futuro de sonho, devassada por uma junção internacional a nação que praticar o delito contra os direitos do homem. Para isto trabalhamos, aqui e além mar.